

## DOSSIÊ

# Contribuição à questão agrária: determinações produtivas e limites de autodeterminação para o campo brasileiro

*Edmundo Barboza Filho<sup>1</sup>*

**Como citar este artigo:** BARBOZA FILHO, Edmundo. Contribuição à questão agrária: determinações produtivas e limites de autodeterminação para o campo brasileiro. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, 2021.

**Resumo:** No presente artigo, a partir do que o filósofo José Chasin chamou de análise imanente, contribuiremos, a partir dos escritos de Marx e de marxistas brasileiros, como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, para se pensar as determinações produtivas que se colocam para o campo brasileiro. Para tal, faz-se necessário contextualizar a formação capitalista brasileira enquanto caso não-clássico e compreender os processos de acumulação capitalista que aqui se realizam, abrangendo também como se compreende a relação cidade-campo em nosso caso. Assim, a partir da particularidade da formação capitalista brasileira, em sua historicidade, podemos apontar as determinações produtivas para o campo, e os limites de sua autodeterminação.

**Palavras-chave:** Marx; relação cidade-campo; acumulação capitalista; determinações produtivas.

*Recebido em 24.04.2021*

*Aprovado em 30.06.2021*

*Publicado em 30.06.2021*

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Grupo Tinta Vermelha, vinculado ao Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito, sob orientação do professor Vitor Sartori. Estuda a questão agrária a partir da Crítica da Economia-Política em Marx. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5020-4800>

## 1 INTRODUÇÃO

Sempre que nos deparamos com um objeto de análise que é real, que está acessível no concreto, enfrentamos a dificuldade em abstrair dele os fatores realmente determinantes para explicar o porquê de assim ser. Categorizar acaba sendo o processo pelo qual se tenta trazer as determinações de existência daquele objeto, suas formas de ser, de forma historicamente determinada. E tudo isso se embaraça quando nos deparamos com um fenômeno para o qual não se tem apenas uma ou duas razões. Aqui Marx é perspicaz, em perceber que tal confusão era tão presente na economia política de seu tempo. Diz ele: “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. (MARX, 2008, p. 258). De onde aprendemos que o concreto aparece para o pensamento como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja de fato o ponto de partida. O caminho correto para se explicar a realidade é pelo qual as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo pensamento, ou melhor dizendo, é pela apropriação do concreto pelo pensamento para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta.

Quando falamos da questão agrária em um país de formação tão particular como o Brasil, não é diferente. É fenômeno que tem implicações diretamente observáveis, alguns casos inclusive preocupantes: a fome; condições de trabalho no campo precárias ou até análogas ao trabalho escravo; invasões de reservas naturais, indígenas ou quilombolas por latifundiários; mortes e tantas outros. É debate que tanto mais se faz necessário na mesma medida em que necessita de rigor teórico. Compreender o local que o campo ocupa na realidade capitalista brasileira é tarefa que tanto contribui na luta contra as mazelas que lá existem, quanto dá a direção para que os teóricos a partir dela prossigam em caminho seguro.

No presente artigo procuro esclarecer alguns posicionamentos e contribuições de Marx para se pensar a realidade capitalista brasileira, que têm tanta relevância quanto foram tratados por outros autores – e muitas vezes tratados de maneira errônea. Mais claramente: elencaremos o capitalismo brasileiro, em sua formação não-clássica; esclareceremos o uso dos termos *acumulação originária* e *acumulação capitalista*; trataremos o tratamento do autor de *O Capital* sobre a relação cidade-campo. Tais pontos têm parte esclarecedora para então tratarmos da especificidade do campo no capitalismo brasileiro, mostrando os limites de sua autodeterminação produtiva e falar das lutas no campo.

Para tal tarefa, trago à baila o próprio Marx e alguns pensadores brasileiros que em muito contribuíram para se pensar a especificidade brasileira no capitalismo, tais como, especialmente: Caio Prado Jr., José Chasin, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e Nelson Werneck Sodré. A leitura que se fez de todos estes autores é a que respeita seus escritos

em seus próprios trançados teóricos, assim como eles os conceberam ou expressaram. Mais claramente, fala-se da análise imanente<sup>2</sup>

## 2 FORMAÇÃO NÃO-CLÁSSICA CAPITALISTA NO CASO BRASILEIRO

Em análise dos processos de acumulação originária<sup>3</sup>, Marx faz um apontamento que abre todo um campo de investigações [grifos nossos]:

Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em **sua forma clássica**” (MARX, 2019a, p. 787-8)

O primeiro momento do trecho está em conformidade com o que Marx já havia escrito sobre o capitalismo em seus diferentes momentos de desenvolvimento em diferentes países, em sua *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012), como se verá logo a frente. O que nos interessa, por ora, é justamente no segundo momento, onde Marx aponta ter exclusivamente a Inglaterra enquanto objeto de sua análise no capítulo sobre a acumulação originária, visto que nela o processo de formação capitalista, no papel da expropriação, se dá em sua forma clássica.

Uma vez que a análise do autor de *O Capital* sempre buscou a compreensão do capitalismo no que tange sua universalidade, ou seja, do que é comum ao capitalismo em todas as suas manifestações, pode se perguntar imediatamente: uma análise voltada ao fenômeno em sua ocorrência exclusiva do caso inglês não invalida tal análise para o caso de outro país, como o brasileiro? A isto responde-se: a tese que versa sobre a acumulação originária é de tema profundamente relevante ao entendimento da estruturação capitalista em qualquer lugar, isto pois se trata dos revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, despojando grandes massas humanas de seus meios de subsistência e as lançando no mercado de trabalho enquanto trabalhadores livres. (MARX, 2019a, p. 787). Ou seja, a análise que busca base nos escritos de Marx para este tema deve estar compromissada em buscar nele a universalidade deste processo, estando ciente de sua especificidade no caso concreto.

Conheçamos um trecho famoso da já referida *Crítica do Programa de Gotha*:

A ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. (MARX, 2012, p. 35)

---

<sup>2</sup> CHASIN, José. **Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

<sup>3</sup> Embora conhecida mais popularmente enquanto “acumulação primitiva”, optarei aqui por chamá-la de acumulação originária em preferência do termo.

De tal passagem, nos bem ensina Chasin, que: existindo em todos os países civilizados, mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas e mais ou menos modificada pelo processo histórico de cada país; o que temos dessa sociedade são “*modos e estágios* de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a *anatomia*, mas que a realizam através de concreções específicas”. (CHASIN, 2019, p. 133).

Sendo assim, vale esclarecer em que sentido o Brasil não se identifica enquanto modelo clássico de formação capitalista. Em análise do caso prussiano<sup>4</sup>, caso também não-clássico, Chasin traz certos apontamentos que servem ao caso brasileiro:

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os pecados de todas as formas de estado”. (CHASIN, 2019, p. 137)

A presença da grande propriedade rural é decisiva tanto ao caso alemão quanto no caso brasileiro. Nos dois casos, também, o tal “reformismo pelo alto” é o que caracteriza os processos de modernização de ambos, que “exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de *alterações* mais harmônicas entre as distintas *partes* do social”. (CHASIN, 2019, p. 139).

Porém, embora esta comparação seja possível, vez de que tais características, tomadas abstratamente, são comuns a ambos os casos, ou seja, uma generalidade razoável, deve se ter em mente que este caráter comum é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Mais claramente, o que se quer dizer é que, embora semelhantes, os casos alemão e brasileiro se colocam de modos distintos em suas totalidades concretas. Isso pode ser observado já inicialmente pelo fato de a grande propriedade rural, no caso alemão, ser proveniente da característica propriedade feudal europeia; enquanto no Brasil

---

<sup>4</sup> Vale nota de que a via prussiana de objetivação do capitalismo foi objeto de estudo de Lênin, que se pode conhecer melhor em seu texto *O Programa Agrário da Socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907* (LÊNIN, 1977). A análise de Chasin que aqui se expõe passa diretamente por ele. O atraso alemão é tema que ganha tratamento interessante também nas obras de Marx, Engels e Lukács. Em Marx na *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012) e *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* (MARX, 2019b); Em Engels nas *Guerras camponesas na Alemanha* (ENGELS, 2010); Em Lukács no primeiro capítulo da obra *A Destruição da Razão* (LUKÁCS, 2020).

a grande propriedade rural é proveniente da economia mercantil pela empresa colonial<sup>5</sup>. A industrialização alemã, que ocorre tardiamente no século XIX, se contrapõe à hiper-tardia industrialização brasileira, tendo início na primeira parte do século XX. De onde se compreende a tal realidade hiper-tardia de objetivação capitalista, que vemos no caso do Brasil.

Disso se depreende que, embora possamos dizer que a história e o processo da economia brasileira sejam a história da expansão da economia capitalista, descobrimos que essa expansão não reproduz identicamente o modelo clássico de capitalismo observado nos países desenvolvidos, nem a estrutura é seu destino final. Bem ensina Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2011, p. 42) que a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na “dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo”.

Mais do que simples tese a se firmar entre marxistas, a compreensão da posição brasileira enquanto formação capitalista não-clássica e hiper-tardia abre os olhos dos investigadores a uma coerência teórica: o estudo do caso brasileiro nega uma fórmula pronta nos escritos de Marx aos quais a realidade supostamente se dobraria, mas sim encontra neles certas chaves para sua anatomia, cabendo a nós indicar as concreções específicas pelas quais se realizam, ao passo de que nossa tarefa futura aqui está em apontar, na particularidade brasileira, as determinações que se colocam ao campo, em nosso sistema produtivo atual, a partir de sua formação própria.

### **3 ESCLARECIMENTOS SOBRE A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA**

Muito se confunde ao tratar dos processos de acumulação capitalista em tentativa de se explicar a realidade. Nos escritos de Karl Marx temos o famoso capítulo 24 do primeiro volume

---

<sup>5</sup> Caio Prado, aqui, faz-se leitura importante no assunto: “A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil. Foi inicialmente para abastecer o comércio europeu de produtos tropicais, bem como de metais preciosos e diamantes, que se povoou o território brasileiro, que se estabeleceu e organizou nele uma coletividade humana, e se estruturou a sua vida econômica. Vieram os portugueses como empresários e dirigentes do negócio; e supriu-se a insuficiência qualitativa e quantitativa dessa mão-de-obra indígena, com a importação de escravos africanos. Estruturou-se assim a sociedade colonial brasileira e o ‘negócio’ para que se destinava – a produção de objetos de comércio demandados pelos mercados europeus –, somando-se nessa organização e atividade mercantil, as reservas naturais de um território praticamente inexplorado e virgem, com a força de trabalho de uma população escrava, e a ação empreendedora e dirigente do povoador e colono português. (...). O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus” (PRADO JR, 1979, p. 47-8)

de *O Capital* – o capítulo conhecido como *A assim chamada acumulação primitiva* – onde conhecemos o processo de *acumulação primitiva/originária*, pelo qual o surgimento do capitalismo se dá a partir dos processos de expropriação, jogando grandes massas de trabalhadores ao trabalho assalariado – isto na melhor das hipóteses, em que não ficam reféns da mendicância, do crime, etc. Assim sendo, é o processo que cria a relação capitalista e o faz essencialmente pelo processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho – convertendo, com isso, em capital os meios sociais de subsistência e de produção e converte produtores diretos em trabalhadores assalariados. A acumulação originária é nada mais do que “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. (MARX, 2019a, p. 786). Além dele, temos também a ocorrência da simplesmente *acumulação capitalista*, processo este inerente à expansão capitalista, que se coloca no contexto do ciclo do capital produtivo, compreendido nos processos de reprodução em escala ampliada – contexto esse que se dá somente quando o capital já se coloca sobre os próprios pés. Ou seja, enquanto no primeiro caso (como já vimos, em objeto especificamente do caso clássico inglês) Marx traz uma tese chave para a explicação do surgimento do capitalismo - conhecido analogicamente como o pecado originário da história econômica -, no segundo caso temos um processo inerente aos processos de circulação e reprodução do capital. Enquanto no primeiro temos uma explicação histórica para a Economia, no segundo temos uma explicação econômica para a História. Assim sendo, os dois, são profundamente necessários para o entendimento do capitalismo atual, mesmo fazendo parte de momentos diferentes dele.

Não é coincidência, porém, que a análise histórica desatenta possa confundir os dois processos. Como já vimos, Marx passa seu capítulo sobre a análise originária a discutir a formação capitalista a partir do caso clássico inglês, do qual podemos depreender as determinações universais do surgimento capitalista. Marx delega, porém, ao investigador da realidade que se atente às particularidades do caso concreto para o qual tomará como objeto, em ocasião de que se contemple com ocorrência diversa da já conhecida inglesa. Estando o investigador ausente das especificidades de seu objeto, pode ele, em vista apenas da generalidade dos acontecimentos históricos, cair em pressuposições incoerentes com o real processo histórico. Um exemplo mais claro: pode o investigador pressupor, por exemplo, a pré-existência de propriedade feudal em território brasileiro, vez que para que tenha havido a acumulação originária na Inglaterra - segundo Marx lido ao pé da letra -, antes tinha de existir a propriedade feudal para ser expropriada. Logo o investigador ingênuo chega a um beco sem saída, pois: 1) ou ele assume acreditar ter havido feudalismo no Brasil, tese falaciosa; 2) ou ele

assume haver propriedade feudal no Brasil embora aqui não tenha havido feudalismo, o que é impossível.

Vale pequena nota, também, de que muitas das teses que reconhecem a presença feudal na história brasileira partem do reconhecimento de relações não tradicionalmente capitalistas de troca e assalariamento entre proprietário de terras e trabalhador rural. Em exemplo mais claro, temos o apontamento de Werneck Sodré sobre as chamadas “relações de parcerias”, onde a remuneração do trabalhador muitas vezes não aparece na forma de dinheiro, mas em concessões de uso pessoal da terra do proprietário e moradia na propriedade. Tal argumento, não só em Sodré, mas em seus leitores também, aparece enquanto forma de indicar a presença de relações “feudais” ou “semi-feudais” em nosso campo, presença essa que na prática seriam entraves ao pleno desenvolvimento capitalista.

Muitas vezes, e certamente nas áreas em que relações capitalistas de produção foram introduzidas, mas coexistem com antigas relações, na mesma pessoa confundem-se o proprietário de terras e o locatário capitalista. Na fazenda de café, o senhor é a um tempo latifundiário e capitalista, apropriando-se da renda capitalista e da renda pré-capitalista. O colono é a um tempo assalariado e servo, porque desprovido dos meios de produção, vendendo força de trabalho e, nesse sentido, ‘livre’, e submetido a formas de exploração feudal, e nesse sentido ‘servo’, - é, de qualquer forma, semiproletário. Se a renda capitalista tende a superar a renda pré-capitalista, os entraves feudais são ainda poderosos. (SODRÉ, 1968, p. 354)

Outros autores que, ao seu modo, seguem nessa linha de partida, em pressuposição de “relações pré-capitalistas de produção – mercantil escravista”, são Fernando Novais<sup>6</sup> e Regina Maria d’Aquino Fonseca Gadelha<sup>7</sup>.

Caio Prado responde a tal tese em análise das já referidas relações, ou sistemas, de parcerias. A questão tem para ele importância pois: para se pensar uma regulação das relações de trabalho no campo – ponto que ele defenderá como fundamental dentro da questão agrária – tem de se partir “não da conceituação abstrata dessas relações, (...) e sim do que efetivamente se observa na realidade brasileira”. (PRADO JR., 1979, p. 92). Assim sendo, a concessão do proprietário de que os empregados habitem em sua propriedade juntamente com a concessão do uso de parcelas ou lotes do terreno para culturas próprias em remuneração por seu trabalho são concessões ditadas por duas ordens de fatores:

De um lado pelo interesse do proprietário empregador, o “fazendeiro”, de se assegurar de mão-de-obra disponível nas ocasiões em que mais necessita dela (como por ocasião do preparo da terra, plantio, trato das culturas, colheita), o que não ocorre permanentemente. As atividades agrícolas, ao contrário das industriais, são

---

<sup>6</sup> NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora 34. 2019.

<sup>7</sup> GADELHA, Regina M.A.F. **A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX**. In Revista de História, São Paulo, n. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

geralmente esporádicas. E como não seria interessante nem mesmo possível ao proprietário, na generalidade dos casos, pagar salários o ano todo, quando somente em certas épocas ou momentos necessita de mão-de-obra, ele procura conservá-la ao seu alcance para esses momentos, e sem ônus, fixando o empregado na sua propriedade pela concessão de terrenos que este último explorará por conta própria. (...). Consiste essa “condição” na obrigação imposta a quem foi concedido terreno para uso próprio, de dar tantos ou quantos dias de trabalho ao empregador. Esses dias de trabalho são em regra pagos a preço inferior ao nível corrente na região, e às vezes são mesmo concedidos gratuitamente, isto é, não são remunerados. (PRADO JR., 1979, p. 93)

Ou seja, ao ir além da simples conceptualização abstrata dessas relações percebe-se que: embora aparentemente revestidas de relações não capitalistas, residem nelas implicações colocadas em um contexto capitalista. Logo, é vantajoso capitalistamente ao proprietário que assim se deem, assim como também traz vantagem ao trabalhador: “lhe assegura pelo menos um mínimo de gêneros para sua subsistência e de sua família, e que de outra forma teria de adquirir no comércio a preços relativamente elevados”. (Ibid., p. 94). O fato que se quer frisar aqui é que: muito além do que as rotulações aparentes indicam, tais relações de parceria em que o salário em dinheiro é transformado em concessões ou em reversão de parte da produção são perfeitamente equiparáveis ao pagamento de salário (Ibid, p. 101), e, portanto, não poderiam ser relações mais capitalistas do que já são.

Mas voltemos aos esclarecimentos sobre as acumulações capitalista e originária:

Ao fim do já referido capítulo sobre a acumulação originária, Marx faz importantes apontamentos sobre a “tendência histórica da acumulação capitalista”. A partir do momento que essa expropriação de caráter originário do capitalismo é consumada “com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis” (MARX, 2019a, p. 831), o que nos remete diretamente à violência com que esse processo se dá, a propriedade privada que era constituída por meio do trabalho próprio cede lugar à propriedade privada capitalista, que é marcada pela exploração do trabalho alheio. E, na medida em que se consuma essa expropriação de caráter originário, podemos aos poucos dizer que quem será expropriado, agora, não será mais “o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores”. (MARX, 2019a, p. 832). Isto ocorre na medida em que esta expropriação última se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da acumulação de capitais. Nos deparamos, assim, como um sistema que tece sua própria destruição. Pois o “monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com o próprio invólucro capitalista”. (Ibid, p. 832). É daí que se entende a necessidade de o



capitalismo, enquanto processo iniciado na Europa, estar sempre se expandindo para outros países, seja por formas violentas (as mais comuns) ou pacíficas.

Enquanto a acumulação originária é sinteticamente apresentada em capítulo próprio do primeiro volume de *O Capital*, o entendimento mais claro sobre a acumulação capitalista, esta que se apresenta enquanto tendência do sistema produtivo, é encontrado mais extensamente ao longo do segundo volume da obra. Em ponto de esclarecimento, limitar-me-ei aqui a apenas apresentar a acumulação capitalista de forma mais geral, indicando a importância de se atentar a ela, não me ausentando da importância em explicá-la de forma mais aprofundada em trabalho futuro e próprio.

Podemos dizer, em linhas gerais, que o caráter inteiro da produção capitalista é determinado pela valorização do valor de capital adiantado, possível pela extração máxima de mais-valor, inicialmente, e, mais tarde, com a consequente transformação de mais-valor em capital. Desta forma vemos que a acumulação capitalista, na forma da produção em escala ampliada:

... aparece como meio para a produção sempre aumentada de mais-valor e, por conseguinte, para o enriquecimento do capitalista, como objetivo pessoal deste último, e que está incluída na tendência geral da produção capitalista, torna-se, por meio de seu desenvolvimento, (...) uma necessidade para cada capitalista individual. O aumento constante de seu capital passa a ser uma condição para a conservação desse mesmo capital. (MARX, 2020, p. 158)

Na prática temos que o mais-valor realizado, mediante a repetição dos diferentes ciclos de acumulação, cresce até atingir o volume em que pode realmente funcionar como capital adicional ou ingressar no ciclo do valor de capital em processo. E:

O mais-valor imobiliza-se, assim, como tesouro e, sob essa forma, constitui o capital monetário latente. Latente por que, enquanto imobilizado sob a forma-dinheiro, não pode atuar como capital. Assim, o entesouramento aparece aqui como um momento implícito no processo capitalista de acumulação, um momento que lhe é inerente, mas, ao mesmo tempo, dele essencialmente distinto. Pois o próprio processo de reprodução não é ampliado mediante a formação do capital monetário latente. Ao contrário, o capital monetário latente é aqui constituído porque o produtor capitalista não pode ampliar imediatamente a escala de sua produção. (Ibid, p. 157)

E enquanto a acumulação capitalista se dá como processo, é procedimento que tanto mais se produz necessário na mesma medida em que se realiza, como a própria produção capitalista em si. O que em nada impede que o próprio Estado, em formação colonial, seja instaurado já em cria das condições para que essa acumulação aconteça sem a necessidade de qualquer revolucionamento de classe que o instaure. Os demorados processos de expropriação de caráter originários, observados no caso clássico inglês, podem ocorrer, em casos não clássicos, de forma centralizada pelo Estado, enquanto projeto de objetivação capitalista tardia.

A tese que nos parece razoável, em concluso, é a de dizer que o Brasil, em face da colonização portuguesa, foi logo de início inserido no capitalismo por meio da exploração mercantil, não podendo ser outro o momento de sua “formação”. Esclarece-se, assim, que a acumulação capitalista é um processo que se coloca estruturalmente, e por isto pode ser bem observada em tantos outros momentos de nossa história. A título de exemplo disto, Francisco de Oliveira – embora também confunda processos de apropriação capitalista, os trazendo pelo nome de acumulação primitiva<sup>8</sup> - acredita que a economia pré-industrial, no caso brasileiro, aparece enquanto consequência da expansão do capitalismo mundial, em forma de reserva de acumulação capitalista do sistema global; de tal maneira que é por meio dos processos de acumulação em que é possível que esta economia se desenvolva. O caso da acumulação brasileira se dá, segundo Oliveira (2011, p. 29), pela expropriação do excedente que se forma pela posse transitória da terra. Continua ele, em mesmo trecho:

Assim, tanto na abertura de fronteiras ‘externas’ como ‘internas’, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de ‘subsistência’; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de ‘trabalho morto’, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração do valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade<sup>9</sup>.

A importância que tal esclarecimento tem é a de poupar os teóricos de já infundáveis debates em torno da acumulação originária capitalista no Brasil, tentando indicar o momento em que a economia capitalista teria aqui aparecido. A partir disso podemos concluir duas coisas: 1) o processo brasileiro, como já dito anteriormente, não se expressa da mesma forma como o caso clássico e europeu, não cabendo a nós tentar encaixar seu processo histórico concreto em categorias e explicações que refletem a historiografia europeia e/ou burguesa; 2) existe uma razão pela qual o processo de acumulação originária capitalista possa ser analogamente lido em diferentes momentos de nossa história – seja na formação das Capitânias Hereditárias, na Lei de Terras de 1850 ou no Estatuto da Terra de 1964 -, e esta razão é: são todos estes processos legítimos de acumulação capitalista ocorridos no Brasil. A função deles, porém, não é a de

---

<sup>8</sup> Tal confusão fica evidente no seguinte trecho: “O conceito, tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: (...) a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”. (OLIVEIRA, 2011, p. 28-9).

<sup>9</sup> O entendimento da relação dialética e unitária da relação cidade-campo será tratado ainda à frente neste artigo.

originar uma nova economia capitalista em nosso território, mas sim de expandi-la. Tal é a particularidade brasileira no processo.

#### **4 RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NA OBRA DE MARX**

Nos locais onde se pôde observar uma passagem mais clara da propriedade privada para a propriedade capitalista, pelos já mencionados processos de expropriação de caráter originários, observou-se também a transmutação das relações de trabalho. Enquanto num primeiro momento poderíamos dizer que é suficiente o entendimento médio dos homens e a natureza, estando reunidos em relações de trabalho pessoais, em forma comunitária; no segundo momento podemos dizer que essa relação de trabalho assume uma forma coisificada num terceiro elemento, o dinheiro. (ENGELS e MARX, 2020, p. 51). É de onde se depreende a separação, no capitalismo, entre o trabalho material e espiritual. Separação essa que transforma as trocas que predominantemente se realizavam entre os homens e a natureza em trocas que se realizam pelos homens entre si. Corta-se os laços pelos quais os indivíduos poderiam estar unidos no primeiro momento (sejam eles o da tribo, a família, o próprio solo, etc.); a partir de então os indivíduos são concebidos como independentes entre si, unidos apenas por meio da troca.

Embora tal passagem ocorrida nas relações de trabalho, na objetivação do modo de produção capitalista, possa vir a não ser observável em todos os locais onde o capitalismo se expressou, podemos apontar de forma geral a particularidade pela qual o trabalho se realiza nesta nova organização social. A importância de levantar tal mudança no caráter das relações de trabalho é, portanto, que: na medida em que os indivíduos passam a ser concebidos como independentes entre si, e unidos apenas por meio da troca, tanto mais se faz necessário o papel da divisão do trabalho dentro do processo produtivo.

No primeiro caso, existe a pequena indústria, mas subsumida à utilização de instrumento de produção natural e, por isso, sem distribuição do trabalho entre diferentes indivíduos; no segundo caso, a indústria existe apenas na e por meio da divisão do trabalho. (Ibid, p. 51)

A maior evidência dessa divisão entre trabalho material e espiritual, portanto, se expressa na separação entre cidade e campo. (Ibid, p. 52).

[A oposição entre cidade e campo] é a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos. (ENGELS e MARX, 2020, p. 52)

A análise que Marx e Engels fazem no texto de 1845-6 acima citado (*A Ideologia Alemã*), toma esta diferença como possível apenas na divisão do trabalho tal como está colocada, crítica essa que se aprofunda e toma outros contornos na maturidade do autor de *O Capital*<sup>10</sup>.

Em seus manuscritos datados de 1857-8 (MARX, 2019c), onde ele esboça sua crítica da economia política, já é possível ver forte aprofundamento de sua análise. Ao começar a visualizar a produção capitalista em seu funcionamento, Marx se depara com o conceito de *produção em geral*, que, segundo ele, é uma abstração, porém uma abstração razoável, “na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição”. Mas, é esse elemento comum, isolado por comparação, “ele próprio algo multiplamente articulado, cindindo em diferentes determinações”. (MARX, 2019c, p. 41). Tem-se aí uma profunda preocupação em tratar os diferentes momentos e as diferentes determinações da tal “produção em geral” na forma como eles de fato se expressam na realidade. Assim, é apenas por meio de abstrações razoáveis, que abstraímos da produção em geral os momentos “produção, distribuição, troca e consumo”.

Aqui não vale nos aprofundar em toda a análise que se desenrola nos *Grundrisse*, vale, porém, a menção e a recomendação de leitura. De todo o trecho citado, destaco o que é essencial para a argumentação presente. Se já temos por claro que cada um desses mencionados momentos da produção em geral se relacionam diretamente, não sendo nenhum deles completo de sentido em suas individualidades, vez que fazem parte de todo o complexo processo que é representado pelo conceito de “produção em geral”; podemos avançar destacando o papel do momento da distribuição, pois aqui encontraremos uma chave de leitura.

Este momento abstraído da “produção em geral”, a distribuição, se entendida superficialmente, aparece aos olhos de muitos teóricos enquanto simplesmente “distribuição dos produtos”, como momento afastado e praticamente autônomo com relação ao momento da produção. Porém, Marx destaca que, antes de sê-la, a distribuição é “1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação”. (Ibid, p. 51). Ou seja, de todo este processo articulado de “distribuição de instrumentos de produção e membros da

---

<sup>10</sup> Gostaria de esclarecer, assim, que os escritos de Marx e Engels de 1845-6 têm críticas concebidas diferentes das críticas de seus também aqui apresentados escritos da época de maturidade. Enquanto na *Ideologia Alemã* os autores traçavam suas críticas a autores de seu tempo, principalmente do campo da filosofia especulativa, na maturidade vemos uma preocupação clara e consciente em conceber a crítica sobre a economia-política. Ambas as críticas, em suas formas particulares, foram trazidas para cá intencionalmente, cumprindo momentos complementares de minha análise e mostrando o desenvolvimento da crítica de Marx.

sociedade nos diferentes tipos de produção”, a distribuição dos produtos é somente resultado e constitutiva deste momento da produção. Mas o que se quer destacar, principalmente, é que trazer a disposição dos “instrumentos de produção e dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção” enquanto fator determinante para toda a produção é apreender como a divisão do trabalho – que nós vimos como foi colocada com centralidade em seus textos de 45 -, e, portanto, a oposição cidade-campo, tem papel fundamental para que a produção capitalista ocorra como tal. Ou seja, a divisão entre cidade e campo é, ela mesma, parte determinante da distribuição dos instrumentos de produção e dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção - e, com isso, determinante para o momento da distribuição na produção capitalista. Se o Marx de 45 acreditava ter a divisão do trabalho – em seu específico desenrolar histórico - o papel central para a produção capitalista, o Marx de 57 é capaz de apontar na materialidade, em meio a um emaranhado de outras determinações, como ela é fator profundamente determinante para a produção, embora não único. Não podemos dizer que tal mudança em seu posicionamento na década de 1850 o coloca em oposição ao que ele concebe na década de 1840, mas sim que sua crítica inicial ganha um substrato muito mais amplo na medida em que passa a ter a economia política como ponto de partida.

Vale relembrar que a oposição cidade-campo, ela mesma, não se explica sozinha, tendo também uma gênese histórica – de forma que só entendemos tal oposição como ela se dá hoje a partir do processo de objetivação do capitalismo, entendendo serem possíveis outras formas de oposição cidade-campo fora desse desenvolvimento histórico. Pode ser a oposição cidade-campo simplesmente instaurada, ou apenas reflexo dos processos de expropriação já referidos neste artigo, que jogam grandes massas humanas ao trabalho assalariado na condição de despossuídos.

Da análise de como a relação cidade-campo é trazida na obra de Marx, podemos tecer uma crítica ao tratamento que costumeiramente se dá à questão por teóricos atuais. Tratar o campo ou a cidade, de forma independente, dando protagonismo a um, ou apenas enfoque em certo lado previamente escolhido - ou então tentando explicá-lo apenas a partir desta ou daquela ciência -, é fadar toda uma análise à incompreensão de onde seu objeto se insere, vez que este faz parte da lógica de um todo maior do que ele simplesmente<sup>11</sup>. Isto ocorre, pois, porque a diferença que deles sobressai é consequência da função que cada um deles exerce dentro de um

---

<sup>11</sup> Alude-se posicionamentos como os de Lefebvre, para quem “aqui, o Sujeito da história é incontestavelmente a Cidade”. (LEFEBVRE, 2001, p. 49). Um artigo que trata bem de tal relação cidade-campo e que responde a tal autor é SARTORI, Vitor B. **A relação cidade-campo em Marx: o capital, a renda da terra e o lucro**. In Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, Vol. 13, nº 1, p. 400-426, jan-jul, 2021.

enorme processo produtivo. O campo só pode se opor à cidade enquanto é abstratamente independente e, ao mesmo tempo, concreta e diretamente relacionado a ela. Mais à frente, mostraremos como essa relação aparece no caso brasileiro. A oposição cidade-campo – agora enquanto fenômeno real, não como esboçado por Marx em *A Ideologia Alemã* –, como vimos, determina diretamente a produção capitalista no âmbito da distribuição. Distribuição e produção, igualmente, não podem ser entendidos separadamente, mas sim em relação de determinação dialética. Todas estas oposições e categorias têm, necessariamente, substrato real e histórico.

O meio pelo qual seu objeto pode ser apreendido é apenas reconhecendo na própria realidade as categorias que o explicam, e como elas abstratamente são capazes de expressar o movimento do real. A compreensão que tem Marx desta realidade é de profunda contribuição, e é caminho seguro por onde se pode partir.

## **5 A ESPECIFICIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO E O PAPEL DO CAMPO NA ACUMULAÇÃO**

Retomemos, então, tudo que já dissemos sobre a situação brasileira. Depois de vista a necessidade em compreender a objetivação do capitalismo em sua própria concreção, vez que esta não segue à risca os passos do caso clássico inglês já descrito por Marx; firmamos o entendimento de que no Brasil não é observável um processo claro de acumulação originária, vez que ele é um país que já nasce inserido no capitalismo por meio do colonialismo, tendo, porém, frequentes processos de acumulação capitalista ocorrendo em seu território, pois é por meio destes que o capitalismo tem condições de se expandir.

Além disso, vimos como a oposição cidade-campo aparece nos escritos do autor de *O Capital*, e como a forma em que essa oposição se dá é fator determinante para a produção capitalista no que tange o seu momento da distribuição. A partir de então podemos indicar com mais clareza como esta determinação ocorre, ou seja, em como a situação cidade-campo, no caso brasileiro, contribui para que os processos de acumulação se deem aqui.

Em nossa história é bom lembrarmos que tínhamos o papel, desde o achamento de nossas terras pelos portugueses, de colônia. Neste momento a forma econômica predominante era a capitalista mercantil, pela qual a produção ocorria sobretudo com mão de obra escrava, em exploração comandada pela coroa de Portugal; seja por via do extrativismo ou por via da *plantation*. Os “móveis” capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização, como entende Florestan, e, entendendo estes “móveis” enquanto as relações capitalistas abstratamente concebidas em forma clássica, certamente estes

foram rápida e irremediavelmente deformados em nossa conformação concreta. Ou seja, as relações econômicas capitalistas tomam os contornos específicos de nosso processo colonial.

É muito em consequência da própria natureza do sistema colonial que a parte da renda gerada pelo processo que ficava em mãos do agente econômico interno, na colônia, era demasiado pequena, comparada com a renda absorvida de fora. Logo, não demoramos a perceber que:

... o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora. Por isso, ele não previa, senão dentro de limites muito estreitos e tênues, condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo da renda. (FERNANDES, 2008, p. 41)

O que se via no fim do processo é que o que sobrava nas mãos do produtor colonial constituía uma espécie de remuneração que equivalia à sua pequena parcela do processo, ao invés de constituir de fato um excedente. O produtor não se via de nenhuma forma independente no processo produtivo, havia aí uma parcela de sujeição à Coroa Portuguesa e às companhias ou agências comerciais. Dessa forma, diz Florestan, o sistema colonial forçava um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura qualquer poder de dinamização da economia interna. (Ibid, p. 42). Continua ele, no mesmo trecho:

Ela era compelida a especializar-se como unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma, tendo de prover as suas principais necessidades fundamentais, apesar de ser uma “empresa exportadora”. Certas consequências da abundância de terras, do trabalho escravo e da agricultura extensiva agravaram esses efeitos, resultando do conjunto que essa unidade produtiva possuía escassa capacidade para originar um circuito de reinversão com tendências autonômicas e de bases capitalistas mais ou menos consistentes. Isso contribuiu para a economia colonial fechar-se sobre si mesma, apesar de organizar-se para a exportação: seu único polo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora.

Vista a formação de uma pequena elite local produtora e seu claro conflito com as condições produtivas monárquicas, talvez fosse de se esperar que a ruptura com o estatuto colonial seja entendida como uma “necessidade histórica”. Em nossa especificidade temos um fator que diz muito sobre a elite que aqui já existia: ela não se opunha à estrutura da sociedade colonial, mas sim contra às implicações econômicas, sociais e políticas do colonialismo, “pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social”. (Ibid, p. 50). Logo, a quebra com o estatuto colonial é evento histórico que nos remete ao mesmo tempo a elementos “revolucionário” e conservador. No linguajar aqui já apresentado, é esse evento histórico uma evidente superação “pelo alto”, típica de nossa objetivação capitalista colonial.

Dessa perspectiva, a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação. (Ibid, p. 51)

Não cabe aqui ao presente trabalho responder à acusação de que a ordem social daquele momento não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessária à construção e ao florescimento de uma nação. O que concordamos, certamente, é que o elemento conservador das elites se evidenciava nos propósitos de preservar e fortalecer a ordem social vigente. O caráter de tal revolução, em termo levantado por Florestan, é o de “revolução encapuçada”. A justificativa muito vem de: apesar de fortes pretensões e inspirações de cunho liberal, que visavam a uma sociedade nacional; predominou de fato uma conciliação entre a antiga ordem social e as novas condições e necessidades econômicas nacionais.

Dessa maneira, a independência brasileira toma um caráter “formal de Estado”. Aponta-se o caráter apenas formal de tal independência vez que o Brasil continuou – e pode-se dizer que continua até hoje – dependente de grandes países capitalistas para que pudesse participar do “jogo internacional” do capital, garantindo, por meio deles, meios para sua própria subsistência. Ou seja, a independência brasileira da Corte Portuguesa rapidamente toma a forma de dependência do capital externo:

... o primeiro [empréstimo] foi tomado pois anos após a autonomia e logo seguido daquele a que ficou vinculado o seu reconhecimento pela antiga metrópole. Em 1858, já devíamos 5,5 milhões de libras e tomávamos o primeiro empréstimo para fins reprodutivos no valor de 1,5 milhões de libras, destinado ao prolongamento da ferrovia D. Pedro II, atual Central do Brasil. Em 1860, em base idêntica, recebíamos o empréstimo destinado à ferrovia do Recife ao São Francisco. O total de empréstimos tomados no Império foi de 64.198.528 libras. (SODRÉ, 1968, p. 341).

O capital externo é, como aponta Sodré, elemento chave para a política imperialista que se apresentaria futuramente em nossa história. A economia brasileira, assim, “capitaliza em proveito do estrangeiro, e ainda perde apreciável saldo por efeito das condições inerentes ao sistema que, longe de impulsiona-la, acarreta um progressivo endividamento que se reflete inclusive na balança exterior de contas”. (Ibid, p. 343). É certo que tais investimentos cumprem o papel na dependência econômica que antes era protagonizado pela Metrópole. E, para além dela, delega os custos da produção nacional, com os quais a Metrópole costumava arcar em parte, para a própria economia brasileira.



Em Sodré, vale nota, percebemos que esses capitais estrangeiros, que se instalam em países de economia dependente como a brasileira, não se integram na economia deles:

Eles não consideram lucro o que é que pode ser representado em moeda do país onde são investidos, mas tão-somente o que é ou pode ser representado em moeda do país de origem, e é, assim, a possibilidade de remeter lucros e de mobilizar por esse meio os seus haveres internacionalmente a condição essencial de inversão. (Ibid, p. 343).

Em Oliveira também temos um tratamento da condição de dependência financeira externa, vez que ela cria, também, uma:

... dívida financeira interna igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos. Mas é também um adiantamento sobre a produção futura, de modo que somando as dívidas interna e externa chega-se à conclusão de que para produzir um PIB anual é preciso endividar-se na mesma proporção. (OLIVEIRA, 2011, p. 88).

Tendo conhecidas as duras condições econômicas que já iniciavam a ser impostas a nosso país, podemos apontar o declínio da forma produtiva agrário-exportadora brasileira juntamente com a passagem que temos desde a proibição do tráfico negreiro em 1850, que se consagra após os acontecimentos que culminam na abolição da escravidão e na proclamação da República em 1888-9. Ainda que contra a vontade de nossas elites rurais, estavam aí colocadas as modernas condições do capitalismo industrial, das quais não tínhamos escapatória. É a partir de então que podemos falar em predominância do trabalho assalariado, não só no campo como nas cidades. De tal forma que este é momento que leva grandes massas humanas para o ambiente urbano. Assim, a situação do campo brasileiro começa a tomar os contornos atuais, que se consagra com nosso processo de industrialização - e que aqui se propõe analisar mais atentamente.

De início, temos de ressaltar, a partir do que já mostramos dos *Grundrisse* sobre a produção capitalista, a evidência clara de que o momento do qual falamos altera consideravelmente as condições de produção com relação ao período anterior. A passagem da modalidade de trabalho escravo para assalariado coloca em xeque a produção na forma agrário-exportadora na medida em que necessita do desenvolvimento do mercado interno, tanto para que seja possível a circulação de capital no país, tanto para que se possa aliviar os custos de produção – na medida em que nada disso ocorre, a elite agrária enfrenta uma batalha impossível com as taxas de importação versus taxas de exportação. Assim, tal modelo foi aos poucos se tornando insustentável. O que observamos neste momento é um natural êxodo para os centros urbanos e a necessidade do nascimento de nossa indústria. Vemos, novamente, alteradas as condições de produção em seu momento da distribuição (distribuição dos meios de produção e

de membros da sociedade nos diferentes tipos de produção). O fim da hegemonia agrário-exportadora dá início à predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

A passagem da modalidade de trabalho escravo para o assalariado, aliás, foi fundamental para que se provocasse a industrialização no país, já que o custo de reprodução do escravo era um custo interno da produção. Para que o modelo industrial fosse inserido de forma rentável e atrativa, porém, foi necessário que se introduzisse também uma gama de mudanças que postulavam uma nova forma de acumulação no país. Exemplos disso são o confisco, por parte do Estado, dos lucros parciais da produção no campo; ou a dificuldade da obtenção de financiamento estatal para a agricultura. Todas estas são formas de desestimular a agricultura como setor e unidade central do sistema, destruindo a velha forma do comércio e direcionando capital e mão de obra para os nascentes centros urbanos e indústrias. (OLIVEIRA, 2011, p. 28).

Um fator que tem forte peso neste momento, como bem aponta Francisco de Oliveira, é a implementação da legislação trabalhista, que se deu nos anos 1940:

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em ‘exército de reserva’. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em ‘exército de reserva’, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. (Ibid., p. 25).

Muito além de simplesmente regulamentar o trabalho e de trazer garantias e condições dignas a ele, a legislação trabalhista se mostra como eficaz ferramenta empresarial de controle das condições de produção. Ou seja, ao mesmo tempo que permite prever o cálculo econômico empresarial, aumentando a previsibilidade dos custos e fatores e eliminando a concorrência do mercado; ela também é capaz de igualar em redução o preço da força de trabalho, vez da já iniciada formação de um exército de reserva por meio do êxodo rural.

Embora esta nova forma de acumulação desestime a agricultura, tentando destruir o velho mercado enquanto setor e unidade central do sistema, não podemos dizer que o campo não tenha papel essencial para o novo projeto industrial. Podemos dizer que a agricultura tem dois papéis essenciais: 1) o de suprir as necessidades das massas urbanas, sem elevar o custo da alimentação e 2) o de não elevar, também, os custos das matérias primas, não obstaculizando o processo de acumulação urbano industrial. São estes os objetivos principais que tem as reformas industriais para o campo.

Mais do que simples apontamentos sobre a situação industrial urbana, estes também são fatos que influenciaram diretamente, como se pôde ver, a situação do campo. Já vimos que campo e cidade são diretamente relacionados na concretude da produção capitalista, sendo eles polos que se determinam dialeticamente.

As novas condições de acumulação implantadas no Brasil têm sim caráter fundamentalmente político: podemos dizer que elas só se tornaram efetivas na medida em que o Estado, consciente e ativamente, pôs em prática tantas mudanças que propiciaram que a acumulação ocorresse. Porém, muito por conta de nossa formação capitalista não-clássica, o que vemos é o já referido reformismo “pelo alto”, de forma conciliadora entre esta nova elite industrial e a velha elite agrária. Fator este que atrasa mais ainda não só a implementação, mas também o desenvolvimento industrial. Contrariamente aos casos clássicos, não observamos aqui nenhuma ruptura superadora entre estas classes, pela qual as classes subordinadas influiriam em seu peso específico também, abrindo a possibilidade de alterações harmônicas entre as distintas partes da sociedade. O que está se encaminhando por dizer aqui, mais claramente, é que a nova burguesia industrial fica estruturalmente impossibilitada de suprimir totalmente as condições produtivas do campo, pois depende dele; e é na medida em que depende que traça os limites de seu desenvolvimento autônomo. A elite agrária, também, nas novas condições econômicas, não tem condições de se libertar do papel que exerce na produção, se subjugando às condições que são impostas ao seu ramo produtivo.

Vê-se, aí, os limites da autodeterminação produtiva que se colocam tanto para o campo quanto para a cidade. Há a forte impossibilidade de que as classes aqui no Brasil, enquanto país posto na realidade capitalista como subdesenvolvido e de formação tardia, encontrem no Direito e no Estado “esferas da universalidade da liberdade humana”, como gostaria a filosofia hegeliana. O que se vê, de fato, é um caráter ontologicamente incapaz destas esferas de o ser, já que são determinadas e limitadas diretamente pela realidade, ao invés de, contrariamente, a definir<sup>12</sup>. Crítica essa que se deve fazer a toda forma estatal, seja ela capitalista clássica ou não; o caso do Brasil só nos aparece tanto mais evidente na medida em que tal incapacidade se expressa de forma concreta.

Muito além de um simples conflito entre elites, a oposição produtiva cidade-campo afeta a todas as classes, principalmente às mais baixas. Enquanto no campo encontramos a força de trabalho sendo vendida nas condições mais precárias possíveis, sem quaisquer garantias, e a

---

<sup>12</sup> Sobre isto, vale a leitura de CHASIN, José. **A Determinação Ontonegativa da Politicidade**, em *Ad Hominem* – N.1, Tomo III – Política. P. 129-161. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

expropriação de terras indígenas e de pequenos produtores por latifundiários; na cidade se vê, por conta da industrialização tardia, um crescimento horizontal do ramo dos serviços em condições precárias. Tal crescimento, enquanto necessidade da divisão do trabalho industrial, coloca massas enormes de trabalhadores – muitas vezes de forma informal – a vender de forma terceirizada sua força de trabalho às unidades principais do sistema, “mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de pôr fora dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços”. (OLIVEIRA, 2011, p. 45).

Os limites que aqui conhecemos à autodeterminação produtiva, concretamente existentes, se não colaboram para uma remodelagem considerável das correntes da Teoria da Dependência, principalmente em Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no mínimo não pode ser ignorada - além disso, colaboram diretamente com os escritos de autores cepalinos<sup>13</sup> e isebianos<sup>14</sup> e seus leitores. Especialmente o discurso desenvolvimentista aqui encontra colaborações, vez que o subdesenvolvimento brasileiro, como Oliveira bem observa, aparece como projeto, ou em suas palavras, “é uma formação capitalista e não simplesmente histórica”. (OLIVEIRA, 2011, p. 22). Este quadro não se dissolve, portanto, simplesmente com uma série de aprimoramentos desta ou daquela forma política, econômica ou social.

## 6 A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA

Espero que até aqui o leitor já tenha entendido, quando falamos sobre o momento da distribuição na produção capitalista, que ela é um momento articulado, determinado e determinante da produção em geral. Em relação dialética com a produção, não podemos cair na tentação de compreender o momento da distribuição como um fator pré-econômico, que tal qual deu as bases para a estruturação do processo produtivo em nossas terras. Antes disso, ele é um projeto. Como Marx bem aponta e sintetiza, a situação **não** é tão simples quanto o vulgar pensamento pelo qual:

Ou um povo, pela revolução, retalha a grande propriedade territorial em parcelas; mediante essa nova distribuição, portanto, confere à produção um novo caráter. Ou a legislação perpetua a propriedade fundiária entre certas famílias, ou distribui o trabalho [como] privilégio hereditário, imobilizando-o assim em castas. (MARX, 2019c, p. 50)

---

<sup>13</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – Comissão da ONU, criada em 1948, com nomes brasileiros como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello.

<sup>14</sup> Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) – Muito representada por Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Michel Debrun, Nelson Werneck Sodré, Helio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida.

A grande propriedade fundiária, em si, é apenas mais um fator determinante – e determinado – da produção no geral. Enquanto elemento articulado a ela, faz parte de um complexo maior do que a simples propriedade fundiária. O que é certo é que, em larga escala, a partilha de toda a grande propriedade territorial impõe novas condições para o sistema produtivo, embora jamais o elimine, vez que não elimina consigo seu caráter de propriedade capitalista.

Não se quer com isso, porém, apagar a importância tática que possuem os movimentos por reforma agrária no campo. O papel que estes cumprem de representação da classe trabalhadora rural é insubstituível, seja combatendo as injustiças diretamente nos casos particulares, acolhendo e alimentando ou dando as mínimas condições para que uma vida digna a eles seja possível<sup>15</sup>. Tal papel é de profunda importância para que o povo do campo tenha condições de refletir sobre sua situação e de se reconhecer enquanto classe, tornando-os protagonistas de suas lutas.

Por outro lado, a simples repartilha da propriedade capitalista, que elimina a grande propriedade e transforma os camponeses em pequenos proprietários, não é finalidade pela qual se elimina as condições da produção que gera a acumulação e expropriação. Antes disso, como pudemos ver, gera condições inclusive favoráveis à reprodução capitalista industrial, na medida em que pode suprir as necessidades alimentares das massas urbanas em baixo custo e o fornecimento de matérias primas ao complexo industrial.

Pode-se dizer que a luta por reforma agrária tem papel importantíssimo na elevação dos padrões de vida da população rural, em sua integração a condições humanas de vida. Para além disso, só pode ser efetiva na medida em que compreende a luta em horizonte revolucionário e que coloca os trabalhadores camponeses em iniciativa da superação geral do capital: não simplesmente da propriedade fundiária específica, mas que reconhece o local do campo em todo o sistema produtivo e que compreende que sua luta também se trava nas cidades.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos grandes desafios que se apresentam aos teóricos que querem contribuir para a explicação clara do processo produtivo capitalista está no emaranhado determinístico de seu objeto. É dele onde se deve compreender o processo pelo qual a existência concreta se expressa no real, enquanto síntese dessas múltiplas determinações.

---

<sup>15</sup> Caio Prado contribui para a luta agrária ao apontar as duas principais frentes para que se alcance tais objetivos: a extensão da proteção legal ao trabalhador rural e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra. (PRADO JR, 1979, p. 90).

Sendo este o movimento investigativo com o qual Marx contribui, podemos dizer que ele se torna fiel aliado ao investigador da realidade. A este último sobra a tarefa, portanto, de: investigar a realidade a partir da contribuição metodológica do autor de *O Capital*, enxergando nas categorias deixadas por ele a razoabilidade com que representam formas de ser e as determinações de existência, não se esquecendo da relação dialética que podem sistematicamente carregar entre si. Além disso, é preciso enxergar em sua análise o traço de universalidade que carrega sobre o movimento do capital, na forma como ele tem necessariamente de se expressar; é esta universalidade que deve ser contextualizada nas concreções específicas do local onde se faz objeto.

Quando se quer tratar do campo brasileiro não é diferente. O esforço que aqui tive foi o de tentar trazer à superfície a realidade específica de nossa formação capitalista, sendo ela a base em que a universalidade do fenômeno do capital se sustenta, se concretizando em sua particularidade. Só assim podemos apontar as formas determinantes para a produção e para aquele ambiente específico. Mas jamais compreenderia, com isso, ser a minha a palavra final. A finalidade que buscava, desde o início, é contribuir com uma análise segura para aqueles que após este artigo virão.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, José. **Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras: o fascismo e o integralismo**. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 131-165, nov. 2019.

ENGELS, Friedrich. **As guerras camponesas na Alemanha**. In *A Revolução antes da revolução* – v. I. Tradução de Eduardo L. Nogueira e Conceição Jardim. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35-159.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Rubens

Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2008.

GADELHA, Regina M.A.F. **A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX**. In *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÊNIN, Vladimir. **El Programa Agrario de la Socialdemocracia en la Primera Revolucion Rusa de 1905-1907**. In *Obras*

*Completas* – v. 13. Madrid: Akal Editor, 1977. P. 217-434.

LUKÁCS, Georg. **A Destruição da Razão**. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. Edição para Ebook.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução**. In *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2019b. p. 151-163.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019c.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora 34. 2019.

OLIVEIRA, Francisco De. **Crítica à Razão Dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011. Edição para Ebook.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SARTORI, Vitor B. **A relação cidade-campo em Marx: o capital, a renda da terra e o lucro**. In *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, Vol. 13, nº 1, p. 400-426, jan-jul, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1968.

---

## CONTRIBUTION TO THE AGRARIAN ISSUE: PRODUCTIVE DETERMINATIONS AND SELF-DETERMINATION LIMITS FOR THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE

*Edmundo Barboza Filho*

**How to cite this article:** BARBOZA FILHO, Edmundo. Contribuição à questão agrária: determinações produtivas e limites de autodeterminação para o campo brasileiro. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, 2021.

**Abstract:** In this article, from what Brazilian philosopher José Chasin called immanent analysis, we will contribute, from the writings of Marx and of Brazilian Marxists, like Caio Prado Jr. and Florestan Fernandes, to think about the productive determinations that are placed in Brazilian countryside. For that, it is necessary to contextualize the Brazilian capitalist formation while non-classic case and understand the capitalist accumulation processes that take place here, also covering how it's understood the relationship city-countryside in our case. Thus, based on the particularity of the Brazilian capitalist formation, in its historicity, we can point the productive determinations to the countryside, and the limits of its self-determination.

**Keywords:** Marx; relationship city-countryside; capitalist accumulation; productive determinations.